

**UM DEBATE ACERCA DA SOBERANIA ALIMENTAR
E DA AGROECOLOGIA: UM DESAFIO DE
PERCEPÇÃO E DE PRÁTICA.
OU, DE QUE LADO É O MEU QUINTAL?**

Alessandra Silva de Souza¹

geografa.alessandra@gmail.com

Resumo: A idéia central deste artigo é elencar alguns elementos para o debate acerca das transformações que vem ocorrendo no campo, da (re)significação da questão agrária e do campesinato a partir das práticas agrícolas em diversos âmbitos. Partiremos, pois, do debate de Soberania Alimentar para destacarmos a Agroecologia, que incorpora debates políticos-ideológicos acerca da reestruturação das relações que no campo se estabelecem a partir das esferas sociais, ambientais, políticas, culturais e econômicas.

Palavras- chave: Agroecologia, Campesinato, Questão Agrária, Segurança e Soberania Alimentar.

Summary: The central idea of this paper is to list some elements for the debate concerning the transformations that comes occurring in the field, the (re) signification of the agrarian question and the peasants from agricultural practices in different areas. We start, therefore, of the debate of Alimentary Sovereignty to highlight the Agroecology, that it incorporates political and ideological debates about the restructuring of relationships that are established in the field from the spheres of social, environmental, political, cultural and economic.

Keywords: Agroecology, Peasantry, Agrarian Question, Security and Food Sovereignty.

¹ Mestranda em Geografia pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, Linha de Pesquisa: Desenvolvimento Territorial urbano e regional.

Principiaremos este artigo por trazer alguns elementos para a compreensão de questões que colaboram para a reconfiguração da questão agrária, ou (re)significação de suas problemáticas. Assim, abordaremos temas como autonomia, cultura, soberania (popular e alimentar), enfrentamento ao modelo de produção agrícola e ao capital que reconfigura as relações no campo, etc.

De modo a compreender esses temas, abordaremos os debates que tem se tornado cada vez mais crescentes, e traremos alguns autores que tem suas produções intimamente ligadas a concepção dos conceitos de segurança e soberania alimentar, tais como Chonchol (2005), Mazzei (2007), Maluf (2005) e Rosset (2003), Via Campesina (2009), entre outros, e ainda; Caporal e Costabeber (2004), Gliessman (2005), Altieri (1997), Guterres (2007), Brandenburg (2002) que tem sua produção bibliográfica mais especificamente com o tema da Agroecologia.

Isto posto, trabalharemos a princípio com os conceitos de segurança e soberania alimentar, por acreditarmos que são fundamentais e balizadores de todo o debate que aqui buscaremos travar; e a partir deles, a Agroecologia como instrumento de transformação no/do campo.

A segurança alimentar, como conceitua Mazzei (2007), se configura em todas as posturas passíveis de constatação no campo quando ressalta que é um termo corrente que se pode aplicar em escala local, nacional ou mundial, mas que politicamente se refere a uma estratégia nacional para assegurar alimentação à população em modo permanente. Assim, no que diz respeito à auto-suficiência são as políticas que produzem estabilidade nos preços, mas que ocorre apenas coordenando os recursos de cada país com a disponibilidade do mercado internacional.

Mazzei (2007) evidencia que a importação não assegura a segurança alimentar, já que o problema é que existem diferenças significativas e ainda o impacto (da abertura comercial) para os produtores e comerciantes em pequena escala, para as populações rurais e os consumidores dentro e entre os países.

Destacando a situação de imprevisibilidade quanto a segurança alimentar quando a situação de dependência está posta, Rosset destaca o que seriam os princípios para que esta fosse assegurada (2003, p. 320):

Segurança alimentar significa que toda criança, mulher e homem precisam estar certos de ter o suficiente para comer todos os dias, mas o conceito não diz nada sobre onde esse alimento vem ou como é produzido. Logo,

Washington pode alegar que importar comida barata dos EUA é uma maneira melhor de países pobres alcançarem a segurança alimentar que produzindo comida eles próprios. Importações volumosas de alimento barato e subsidiado, no entanto, arruinariam agricultores locais, expulsando-os da terra. Incham as fileiras dos famintos, e sua segurança alimentar é colocada nas mãos da economia monetária, na medida que migram para favelas urbanas onde não conseguem encontrar empregos com salários para garantir a vida. Para atingir a segurança alimentar genuína, as pessoas em áreas rurais precisam ter acesso à terra produtiva e obter preços para suas colheitas garantido uma vida digna.

Nesse mesmo sentido, Chonchol destaca que os conflitos políticos agravam em numerosos países a situação alimentar das populações (2005, p. 35):

Nos anos 1980, considerava-se que os grandes déficits alimentares eram influenciados, sobretudo por razões climáticas excepcionalmente negativas, e secundariamente por conflitos políticos. Nos anos 1990, os conflitos políticos convertem-se na causa primeira da necessidade de ajuda alimentar de urgência. Por outro lado, comprova-se que os conflitos que se eternizam podem agravar as condições de produção e abastecimento de numerosas populações.

As questões de segurança alimentar e soberania alimentar vêm sendo discutidas ainda de modo muito tímido, enquanto o enfrentamento é muito desigual, sobretudo quando analisamos a que interesses o modelo econômico e da agricultura

brasileira estão respaldando (e aqui estamos nos referindo ao pacote tecnológico e às energias limpas, molas propulsoras da monocultura e do agronegócio). Oliveira ressalta a vulnerabilidade alimentar a qual somos constantemente submetidos frente ao comércio de *commodities* (2003, p.7):

Quem produz, produz para quem paga mais, não importa onde ele esteja na face do planeta. Logo, a volúpia dos que seguem o agronegócio vai deixando o país vulnerável no que se refere à soberania alimentar. Como as *commodities* garantem saldo na balança comercial o Estado financia mais as ditas cujas. Então, mais agricultores capitalistas vão tentar produzi-las. Dessa forma, produz-se o saldo da balança comercial que vai pagar os juros da dívida externa. É o cachorro correndo atrás do próprio rabo.

Chonchol (2005) enfatiza também a importância do conhecimento da situação alimentar nos países em desenvolvimento para uma tomada de consciência dos fenômenos da subalimentação. Duas teses foram levantadas e o interessante é que uma delas se referia às demandas por alimentos a partir de um crescimento demográfico populacional sem a expansão de áreas para o cultivo.

Com isso temos mais um elemento incisivo para pensarmos a questão dos modelos agrícolas mundiais; e ainda a questão da degradação dos recursos naturais, expansão urbana, etc., nos remetendo à aqueles que acreditam que os processos tecnológicos e sobretudo a

biotecnologia, podem respaldar o crescimento da demanda por alimentos.

Para o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA (2009), a segurança alimentar e nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente de uma alimentação saudável, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, devendo ser totalmente baseada em práticas alimentares promotoras de saúde, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, como um direito do brasileiro de se alimentar devidamente, respeitando particularidades e características culturais de cada região.

Ainda no caso brasileiro, no que tange às questões da segurança alimentar, houve uma evolução. Bezerra (2009) destaca a incorporação da noção nutricional, fazendo referência não apenas ao aspecto alimentar (de produção, distribuição, comercialização e acesso aos alimentos), mas também a este aspecto nutricional (acesso em quantidade e qualidade que possa suprir as necessidades do organismo de aproveitar esses alimentos).

A soberania alimentar, segundo Rosset (2003) é uma questão de segurança nacional ou soberania nacional, mas está intimamente ligada às questões da segurança alimentar. Indo de encontro ao posicionamento de Chonchol (2005), Rosset (2003, p. 319) ressalta:

A noção de soberania alimentar argumenta que alimentar o povo de uma nação é uma questão de segurança nacional – de soberania, se quisermos. Se, para a próxima refeição, a população de um país depender dos caprichos da economia global, da boa vontade de uma superpotência de não usar o alimento como arma, da imprevisibilidade e do alto custo de transportes a longas distâncias, então esse país não está seguro, nem no sentido de segurança nacional nem de segurança alimentar. A soberania alimentar, portanto, vai além do conceito de segurança alimentar, que foi destituído do significado real.

O que podemos observar é que há uma forte disputa entre os conceitos, mas ao mesmo tempo certa confusão teórica, de certo modo compreensível, já que o conceito de soberania vem sendo proposto desde a segunda metade da década de 1990.

Mazzei (2007), ao encontro aos posicionamentos dos movimentos sociais, propõe uma discussão bem interessante sobre a soberania alimentar como algo muito mais amplo, pois é o direito dos povos de definir seu próprio alimento e agricultura, de proteger e regular a produção agrícola doméstica e o comércio para criar objetivos de desenvolvimento sustentável, de determinar sua auto-suficiência, de restringir a entrada de produtos em seus mercados, e de prover as comunidades locais de pescadores à prioridade na administração do uso dos direitos aos recursos aquáticos. Assim, pode-se afirmar que a soberania não nega o

comércio, ao contrário, promove a formulação de políticas comerciais e práticas que apóiem o direito dos povos a uma produção segura, saudável e ecologicamente sustentável.

De modo muito específico, a segurança e a soberania alimentar, por terem uma relação com produção e consumo de alimentos, são questões tanto políticas quanto econômicas e sociais que acabam por também incorporar novos elementos, que configuram o debate da questão agrária e o campo brasileiro.

Quando afirmamos esta relação indissociável, estamos nos remetendo ao que salientou Fernandes (2001) quando afirmou que a questão agrária não se configura mais apenas pela propriedade e pela concentração de terras, mas sim pela agregação a estas questões, a expropriação do homem do campo, sua luta pela conquista e permanência na terra e deste modo, o acesso a formas de produzir que minimamente assegurem sua subsistência e dêem respostas as crescentes demandas de alimentos.

Para Carvalho, há uma dívida histórica quanto à questão agrária, mas a dinâmica do capital no campo coloca a soberania alimentar num segundo plano, já que com o processo de exploração e expropriação exercido pelas grandes corporações e latifúndios, os camponeses acabam relegando a um segundo plano questões fundamentais como a produção, nesse

enfrentamento desigual, e ressalta (2004, p.51):

Espacialmente o processo de apropriação do capital no campo através do agronegócio, em geral, se caracteriza pela forma da monocultura associada a grande propriedade. Isso significa que o agronegócio está transformando em “*produtiva*”, no sentido capitalista de ser produtora de mercadorias, uma grande quantidade de terras que antes eram consideradas “*latifúndios improdutivo*”. O resultado é o aumento da concentração fundiária em um país em que a reforma agrária é dívida histórica.

Todos esses aspectos se entrelaçam no debate acerca da segurança e soberania alimentar, ambas extremamente relacionadas com a matriz produtiva no sentido de como produzir, quanto produzir, para quem produzir, em que tempo produzir, etc. Deste modo além apenas do aspecto produtivo, o debate permeia um enfrentamento político-ideológico entre os agentes destas reconfigurações no campo, com uma “nova questão agrária”.

Este debate político-ideológico sobre a segurança e a soberania alimentar, permeia então questões como a produção de alimentos, a matriz energética e com ela a monocultura, os movimentos sociais e o agronegócio, a significativa demanda por alimentos e com ela a especulação através dos mercados de *commodities*, etc., que nos remete a uma crise na produção agrícola, não pela ausência de produtos, mas pela

destinação que se tem dado à eles, e ainda ao não-debate amplo e público sobre a segurança e soberania alimentar, ficando muitas vezes apenas no âmbito dos movimentos sociais, instituições governamentais e ONG's.

Esta crise na produção agrícola, ou “crise dos alimentos”, que foi observada recentemente no ano de 2008 e à qual fomos submetidos, evidenciou-se pela alta dos preços dos alimentos, ora justificadas pelo discurso da demanda, ora contrariada pela crítica a bolsa de futuros e à especulação.

A situação exposta de vulnerabilidade quanto à questão agrária e aos problemas agrícolas, nos remetem a um mundo rural em crise ou uma crise agrária. Rosset (2006) considera que a crise está presente em todo o mundo, sejam pelas origens históricas de coloniamiento dos países, seja pela expulsão e submissão de vários povos obrigando-os a praticarem sua agricultura em locais impróprios ou até o trabalho sazonal com remuneração precária e as atividades agrícola para exportação.

Neste sentido, para os agricultores produzir representa muito mais que subsistir, representa um enfrentamento diário às condições do solo, a falta de assistência técnica (com a qual acabam por recorrer a outras técnicas e cada vez mais buscando conhecimentos e práticas alternativas), e ainda um enfrentamento a lógica hegemônica de produção, ou seja,

alimentos limpos em menor escala, mas produzidos com autonomia.

A respeito dessa autonomia que os camponeses vão conquistando, Rosset (2006) faz um paralelo quando evidencia a forma como os governos agiram em submissão aos agentes financeiros, que piorando as condições das áreas rurais, dificultaram ainda mais a vida dos camponeses com políticas que incluíram a liberalização do comércio e a subsequente inundação de mercados locais com importações de alimentos subfaturados, com os quais os agricultores locais não conseguem competir.

Deste modo, os governos protelaram a implementação da reforma agrária e a redistribuição de terra, tornando-se omissos ao processo de transformação da terra em mercadoria; e incentivaram de certo modo o abandono da agricultura a partir de que permitiram que as cadeias de commodities agrícolas se concentrassem no poder de poucas empresas transnacionais, de modo a haver um aumento absurdo dos custos e preços dos alimentos.

A FAO, através do seu diretor Jacques Diouf, associou a crise na produção de alimentos às mudanças climáticas no mundo; ao aumento dos custos dos insumos agrícolas como as sementes e os fertilizantes, setor denominado por um oligopólio mundial de empresas e que recebeu impacto do aumento do barril do petróleo; e ao aumento do consumo de

alimentos na Índia e na China, com destaques para os produtos de origem animal.

Para o Banco Mundial, através do posicionamento de seu presidente Roberto Zoelick; o mundo todo é culpado e como saída sugeriu que se fizesse um novo acordo, entre todas as forças econômicas do mundo, para outro patamar de preços e produção, já que a crise é resultado de décadas de políticas para a agricultura que agora são necessárias erradicar.

Para o presidente do Brasil, Luis Inácio Lula da Silva, a culpa é dos subsídios que os governos dos países ricos dão aos seus agricultores, pois se caíssem os subsídios, os agricultores do sul poderiam aumentar sua produção e exportar para eles a menor preço, o que demonstra clara submissão aos interesses dos países desenvolvidos, sobretudo ao capital transnacional, não discutindo profundamente as questões de segurança e soberania com a ênfase que necessitam os países emergentes.

No entanto, o relator do direito de alimentação da ONU, Jean Ziegler coloca um posicionamento diante da discutida crise que nos dá alguns elementos a mais para inserir nessa discussão ressaltando alguns fatores importantes para compreendermos a crise dos alimentos em 2008 (2008):

A fome e a desnutrição não são efeitos de fatalidade ou de eventos geográficos. Ela é resultado da exclusão de milhões de pessoas do acesso à terra, água, sementes, conhecimentos, bens da natureza para produzirem sua própria existência. Ela é resultado das políticas impostas por governos de países desenvolvidos, por suas empresas transnacionais e seus aliados nos países pobres do sul na perspectiva de manter a continuidade da hegemonia política, econômica, cultural e militar sobre o atual processo de reestruturação econômica global. Graças a essa política, as empresas do norte aumentaram suas vendas e seus lucros enquanto os pobres aumentaram suas dívidas piorando suas condições de vida, aumentando a miséria e a exclusão em todas as partes. É resultado do aumento da concentração do mercado agrícola mundial nas mãos de poucas empresas transnacionais, o que aumentou conseqüentemente a dependência e a subordinação alimentar da maioria dos povos a seus interesses de lucro.

Apesar de haver todo este apelo de que os *commodities* são também uma forma de fortalecimento da economia e da agricultura para equilibrar os mercados, embutidos nos discursos da FAO, do Banco Mundial, e da presidência do Brasil, o relator da ONU deixa muito claro a que interesses estamos submetidos, sobretudo os camponeses, que além de todo este enfrentamento ainda necessita garantir a segurança alimentar, mas sobretudo a soberania alimentar, quando se propõe que todos tenham acesso à terra para nela produzir, assegurando deste modo

alimentos saudáveis para todos, respeitando o modo de vida camponês e sua cultura.

Assim o debate sobre a segurança e soberania alimentar que tem se tornado cada vez mais crescente, acabam por se atrelar ao debate da questão agrária, e ainda ao modelo energético que vem sendo adotado. Oliveira (2008) no que tange à crise na produção de alimentos com a queda das safras e a tomada das terras para os cultivos agroindustriais:

[...] Primeiro o que está em jogo é uma crise estrutural no interior do sistema produtivo que o capitalismo adotou no neoliberalismo, com a mudança sistemática de controle da produção de alimentos, antes baseada no sistema de estoques e agora baseada no livre comércio, ou seja, na disponibilidade de mercado.

[...] uma parte dos fundos se dirigiu à compra de commodities o que acelerou o processo especulativo em função da queda dos estoques.

[...] E a segunda razão é a natureza conjuntural e deriva do aumento do preço do petróleo. Toda a produção do agronegócio pós-revolução verde, e agora, nesse período do neoliberalismo, está assentada no setor agroquímico, e evidentemente que este é comandado pela lógica do preço do petróleo.

Com todos esses elementos, que colaboram para o debate da soberania e segurança alimentar, fazem com que fique ainda mais evidente as transformações e conflitos que tem coexistido no campo brasileiro, ou seja, enfrentamento e ao mesmo tempo submissão ao capital no

campo, que nos permite compreender por exemplo, a necessidade crescente de se organizarem instâncias nas quais essa discussão seja realizada.

No entanto, não podemos deixar de ressaltar que este debate tem sido crescentemente realizado, e que na segunda metade da década de 1990 os movimentos sociais, sobretudo os que compõem a Via Campesina passaram a inserir este debate na pauta como uma proposta e um compromisso político.

Foi a Via Campesina no ano de 1996, que após vários anos desenvolvendo a questão da soberania alimentar, formulou uma proposta que foi apresentada no Fórum Mundial sobre a Alimentação em nível mundial, adaptando-se posteriormente e participando da concepção do que hoje compreendemos por soberania alimentar. Traremos aqui alguns elementos e debates promovidos por diferentes organizações em diferentes fóruns neste início do século 21.

No ano de 2000, em Havana, no Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar convocado pela Associação Nacional de Agricultores Pequenos de Cuba (ANAP), uma pergunta foi norteadora dos debates: “É possível garantir a soberania alimentar a todos os povos no mundo de hoje?”

Este fórum que contou com mais de 400 delegados de 60 diferentes países, com cerca de 200 organizações (nos quais estavam representados movimentos de

trabalhadores, camponeses, pescadores, indígenas, mulheres, jovens, ONG's, e pesquisadores), e tornou-se um marco na definição de uma proposta da sociedade civil para enfrentar a fome em todo o mundo.

Siliprandi destaca as principais decisões deste fórum no que tange às questões de soberania alimentar (2001, p. 18):

A soberania alimentar é o direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que garantam o direito à alimentação à toda população[...] Ela pressupõem uma Reforma Agrária radical, e o apoio às agriculturas familiares, em que as mulheres tenham igualdade de oportunidades e de acesso aos meios de produção[...] Para se obter soberania alimentar, são necessários sistemas produtivos sustentáveis, em que se valorize a soberania e as culturas locais e, em especial, os hábitos alimentares[...] A alimentação jamais será utilizada como arma de pressão econômica e política entre os países.

Seis anos mais tarde, em Mali, aconteceu o Fórum Mundial para a Soberania Alimentar, Nyéléni 2007, no qual participaram organizações governamentais e não governamentais, movimentos sociais e pesquisadores de todo o mundo; e onde o tema foi novamente debatido, se ampliando a discussão, de modo que os participantes podiam debater temas “transversais” à soberania em grupos.

Foi proposto pela comissão organizadora que se formassem sete grupos temáticos em que temas específicos fossem debatidos, no intuito de que três premissas fossem respondidas. Eram elas: 1) Para que lutamos?; 2) Contra o que/quem lutamos?; e 3) O que podemos fazer a respeito?

A partir destas premissas que deviam permear o debate dentre dos sete grupos temáticos, é que foi compreendido como o verdadeiro trabalho dentro do fórum. Os grupos temáticos eram (NYELENI, 2007):

- 1) As políticas do comércio internacional e os mercados locais;
- 2) A tecnologia e o conhecimento local;
- 3) O acesso e o controle sobre os recursos naturais: a terra, a água, as sementes;
- 4) Divisão Territorial e terras, água, direitos dos pescadores, aqüicultura e o uso das florestas;
- 5) Os conflitos e os desastres naturais: como responder a nível local e internacional;
- 6) As condições sociais e a migração forçada;
- 7) Os modelos de produção: os impactos sociais na soberania alimentar, as pessoas, seus meios de subsistência e o meio ambiente.

No entanto, merecem destaque para o debate que trazemos as discussões realizadas nos grupos 5 e 7. No grupo 5 devemos destacar o debate acerca de como a soberania alimentar tem contribuído para o fortalecimento das comunidades contra os impactos e conflitos, e também realizou uma análise crítica sobre como estão relacionados os vínculos entre a política e a fome.

No grupo 7, a discussão foi realizada acerca dos modelos contraditórios de desenvolvimento rural e de produção, as agroindústrias e a pesca industrial em contrapartida ao modelo de produção agroecológica, pastoral e de pesca artesanal, e assim o debate chegou ao consenso coletivo de que para haver soberania alimentar, os processos produtivos, distributivos e de consumo devem estar baseados numa produção agroecológica, logo sustentável.

O Fórum para a Soberania Alimentar, Nyéléni 2007, teve três objetivos que após serem debatidos nos grupos de trabalho geraram uma agenda de ações:

O primeiro objetivo é aprofundar a compreensão e o significado de soberania alimentar, ou seja, o que significa a soberania alimentar para nós e que tipo de produção e de consumo de alimentos defendemos? O segundo objetivo é fortalecer o diálogo e a construção de alianças entre diferentes setores e grupos interessados buscando melhorar o entendimento das suas análises, metas e estratégias. O terceiro e último objetivo, visa o estabelecimento de estratégias, agenda de ações e aumentar o nosso compromisso conjunto na luta pela soberania alimentar.

Ao final do evento o comitê internacional de organização, em carta aos participantes elencou os principais pontos para compreender o que estes espaços de diálogo entre diferentes povos representam. Destacamos do documento o

seguinte trecho, que acreditamos que resume os cinco dias do fórum:

La soberanía alimentaria está siendo cooptada por el sistema neoliberal dominante y algunos de sus actores. Ellos la definen de acuerdo a sus intereses. Por ejemplo, hablan de soberanía alimentaria para los países, pero al mismo tiempo, no critican las prácticas de *dumping* de sus propios países. La palabra ‘soberanía’ también ha tenido varias connotaciones históricas diferentes en muchos países, lo que la hace un término recibido positivamente en algunos países, mientras que en otros se la asocia con puntos de vista nacionalistas y regressivos. Algunos perciben la soberanía alimentaria como un principio político que la comunidad internacional debe respetar en relación a los estados-naciones. Otros la usan para justificar políticas de comercio agropecuario que benefician a las corporaciones y los grandes productores comerciales. Así, el Foro para la Soberanía Alimentaria Nyéléni 2007 trata de la soberanía alimentaria de los pueblos la cual será definida por los movimientos sociales. Es un ‘vehículo’, un conductor para nuestro proyecto político colectivo y nuestras estrategias y acciones conjuntas sobre la producción y el consumo en todos los niveles.

Com todo o exposto acerca dos temas relacionado à segurança e à soberania alimentar, debatidos por movimentos sociais e organizações da sociedade civil, em fóruns que vem crescentemente promovendo o debate e ampliando o conhecimento acerca dessas questões, passaremos ao próximo ponto, no qual procuraremos debater a Agroecologia

como uma forma de agregar todos esses elementos e promover uma transformação no campo, com justiça social.

Mas afinal, o que é Agroecologia? É um modo de produção com uso racional de recursos naturais? É um sistema de mercantilização da ecologia? É apenas a agricultura orgânica?

Essas e muitas outras questões têm permeado o debate e gerado certa confusão quanto ao tema. A mais comum é pensar que a Agroecologia é a produção de alimentos orgânicos, o que de fato não está incorreto, mas que devemos ressaltar que a agricultura orgânica é apenas uma das técnicas utilizadas para a promoção de uma agricultura ecológica, mas que também leva em consideração aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais.

Neste sentido, afirmar que a Agroecologia é a produção de alimentos orgânicos se torna equivocada, pois deixa de levar em consideração na maioria dos casos, um enfrentamento ideológico, que vai de embate ao modelo agrícola, evidenciado pelo agronegócio e, sobretudo a monocultura em áreas imensas, mas também a existência de um agronegócio de agricultura orgânica extensiva, em muitos casos para exportação; com um mercado paralelo de certificações.

Para CAPORAL e COSTABEBER (2004), a agricultura com enfoque ecológico não se atem somente aos aspectos ecológicos, mas em uma

reorganização preocupada com os processos produtivos, e nesse sentido muito mais amplamente que conjunto de conhecimentos, ela deve contribuir para a realização de análises críticas para a reconfiguração de manejos adequados aos agroecossistemas, pensando então no viés da sustentabilidade.

A Agroecologia vai além, mas para chegar ao estágio que temos observado e que deve evoluir muito nos próximos anos, outras formas de agricultura alternativas, figuravam no debate acerca de modelos de produção.

As principais formas de agricultura ecológica ou agricultura alternativa, hoje são utilizadas como técnicas agrícolas, que consolidadas com práticas sustentáveis, o respeito à cultura, autonomia, política e mercados, podem ser observadas numa intencionalidade agroecológica. São elas, a agricultura biodinâmica, a agricultura orgânica, a agricultura natural e a permacultura.

A agricultura biodinâmica teve seu início na década de 1920 com um ciclo de 8 palestras na Polônia, pelo filósofo *Rudolf Steiner*. De acordo com esta corrente, a saúde do solo, das plantas e dos animais depende da sua conexão com as forças de origem cósmica da natureza. Na agricultura biodinâmica encontramos alguns preparados a base de esterco, de sílica e de plantas medicinais que são utilizados de maneira semelhante à homeopatia.

O conceito de agricultura orgânica surge com o inglês *Sir Albert Howard* entre os anos de 1925 e 1930 em que trabalhou e pesquisou o tipo de agricultura praticada pelos camponeses na Índia. *Howard* ressaltava a importância da utilização da matéria orgânica e da manutenção da vida biológica do solo. Resumidamente, agricultura orgânica é o sistema de produção que exclui o uso de fertilizantes sintéticos de alta solubilidade, agrotóxicos, reguladores de crescimento e aditivos para a alimentação animal, produzidos sinteticamente. Sempre que possível baseia-se no uso de esterco animal, rotação de culturas, adubação verde, compostagem e controle biológico de pragas e doenças

A agricultura natural foi pensada por *Mokiti Okada* (1882-1955), fundador da religião que originou a Igreja Messiânica, que propôs em 1935 um sistema da produção agrícola que tomasse a natureza como modelo – agricultura orgânica, em que o solo se torna mais fértil pela ação benéfica dos microorganismos (bactérias, fungos) que decompõem a matéria orgânica liberando nutrientes para as plantas.

Já a permacultura surgiu em 1975 com *Bill Mollison* e nesta corrente se procura praticar uma agricultura da forma mais integrada possível com o ambiente natural, imitando a composição espacial das plantas encontradas nas matas e florestas naturais. Envolve plantas semi-permanentes

(mandioca, bananeira) e permanentes (árvores frutíferas, madeiras, etc), incluindo a atividade produtiva de animais. Trata-se, pois, de um sistema "agrosilvopastoril" que considera os aspectos paisagísticos e energéticos, na elaboração e manutenção destes policultivos (diversas culturas convivendo no mesmo espaço) – agrossilvicultura.

Gliessman (2005) ressalta que no século XX, a ecologia ocupava-se do estudo de sistemas naturais, enquanto a Agronomia tratava de aplicar métodos de investigação científica na agricultura, e que a primeira tentativa de um cruzamento fértil entre ecologia e agronomia foi no final da década de 1920. Na década de 1930, os ecologistas propuseram o termo AgroEcologia, como ecologia aplicada à agricultura, mas que em seguida foi deixada para os agrônomos. No entanto no final dos anos 50, o amadurecimento do conceito de ecossistema deflagrou um renovado interesse na ecologia de cultivos, que foi denominada ecologia agrícola.

Ainda segundo *Gliessman* (2005), ao longo dos anos 60 e 70, o interesse em aplicar a ecologia à agricultura se intensificou, sobretudo com estudos de ecologia de populações e comunidades, e numa crescente influência de uma consciência ambiental. Mas foi na década de 1970 que agrônomos e ecologistas conseguiram perceber a legitimidade, cada qual da sua ciência, no manejo de

agroecossistemas ecologicamente fundamentados.

Na década de 1980 e 1990, a influência da Agroecologia contribuiu para a incorporação do conceito de sustentabilidade na agricultura, como uma forma de responder ao modelo de desenvolvimento no campo proposto na Revolução Verde. Assim, Gliessman (2005, p. 56) ressalta:

Hoje, a agroecologia continua a fazer conexão entre as fronteiras estabelecidas. Por um lado, a agroecologia é o estudo de processos econômicos e de agrossistemas, por outro, é um agente para mudanças sociais e ecológicas complexas que tenham a necessidade de ocorrer no futuro a fim de levar a agricultura para uma base verdadeiramente sustentável.

Para Caporal e Costabeber), há uma grande dificuldade de interpretação sobre as transformações no campo, quando se inclui o conceito de sustentabilidade, sobretudo a partir das práticas agroecológicas (2004, p. 06:

Há uma confusão na interpretação conceitual. A Agroecologia não é uma única técnica, por isso não constitui mercado específico, mas sim agrega formas de produzir e ofertar produtos agrícolas 'limpos' ou ecológicos, em oposição ao pacote da Revolução Verde. Diversas interpretações vinculam a Agroecologia com 'uma vida mais saudável', 'uma produção agrícola dentro de uma lógica em que a natureza mostra o caminho', 'uma agricultura socialmente justa', 'o ato de trabalhar no meio ambiente

preservando-o', 'o equilíbrio entre nutrientes, solo, planta e animais', um 'novo equilíbrio nas relações homem-natureza', quando na verdade a Agroecologia é a junção de todos estes aspectos.

Essas confusões geram o que Almeida (2002) considera uma generalização da proposta da Agroecologia, como técnica ou como política no discurso e na prática agroecológica, como por exemplo, a necessidade de se esclarecer a compreensão das tradicionais ferramentas de trabalho agroecológico, bem como a experimentação, a demonstração, a formação, a capacitação, a assessoria e o acompanhamento, no sentido de que assim haveria uma maior facilidade de delimitar responsabilidades, e traçar metas explícitas.

Esta dificuldade em delimitar responsabilidades e traçar metas surge do que Altieri (1997) considera "opções neoliberais" feitas em diversos níveis pelos governos latino-americanos. Estes criaram novas condições nas economias regionais, que mudaram o setor agrário, e que acarretou um empobrecimento das populações rurais tentando posteriormente, por uma necessidade eminente combater a miséria no setor rural, de se recuperarem os recursos básicos das pequenas propriedades.

Evidentemente a necessidade de combater a pobreza acarretou o aparecimento de diversas ONGs buscando estratégias de novos tipos de

desenvolvimento agrícola e de gerenciamento de recursos com base na participação local, em que as técnicas proporcionassem produtividade, ao mesmo tempo em que se conservassem os recursos de base.

A partir disso a Agroecologia tomou força, sendo iniciada com pequenos grupos de agricultores que ansiavam por deixar a agricultura convencional utilizadora de insumos químicos e deste modo adotariam um modelo de base ecológica, já que dentro da matriz convencional controlada por multinacionais não haveria espaço para estes (e assim os camponeses, como podemos contemplar em todo o território nacional tendem em diversos casos a se assalariar, terem suas relações de trabalho precarizadas, serem submetidos ao trabalho escravo; situações que se consolidam a partir da dependência e submissão que o capital incorporado ao campo tensiona), o que conseqüentemente aumentou o debate por pesquisadores, técnicos, ONG's, governo, trazendo todos esses elementos.

Alguns elementos fundamentais para o debate como a reconstrução do espaço agrário e da mudança de matriz são abordados por Guterres (2006, p. 25)

[...] a partir das práticas agroecológicas, que vão de encontro às discussões da

Via Campesina, nos trariam a compreensão de que para efetivar a mudança de matriz é necessária a adesão de comunidades inteiras de forma conjunta, recuperando e manejando o solo, livrando-se dos insumos artificiais, diversificando a produção (para escapar da monocultura), produzindo para o auto-consumo familiar, controlando as sementes e mudas, tendo sempre disponibilidade de água, com matas e pomares para que haja o equilíbrio ecológico, com o domínio de conhecimentos básicos e a construção da própria infra-estrutura[...]

De certo modo, a Agroecologia passou a ser vista como uma agricultura alternativa, tanto pela proposição de enfrentamento que abrange a questão política e ecológica, como também econômica. No entanto, essa agricultura alternativa, que na verdade antecedia a revolução verde (já que apenas temos uma revisita com inserção de técnicas aos saberes camponeses tradicionais), havia nela contida uma formulação bastante interessante de um contra-movimento aos domínios da lógica industrial de produção, evidenciada em Bradenburg (2002).

O quadro a seguir nos remete justamente a esta comparação entre interesses, que nos permite ter maior dimensão deste movimento contra-hegemônico no campo.

Os dois modelos de produção:	Agricultura Imperialista dos transgênicos, convencional	Agricultura Popular, agroecológica
Quem se beneficia nesse modelo?	As multinacionais e latifundiários	Os pequenos e médios agricultores
Quem controla as sementes?	São patenteadas	São os agricultores que as produzem há dezenas e centenas de anos
Como controlar as pragas e doenças?	Usando inicialmente pouco veneno e aumentando conforme aumentar a resistência das pragas	Equilibrando e nutrindo o solo, produzindo de modo racional
Qual o tipo do cultivo predominante?	Monocultura	Policultura
Qual a forma de adubação do solo?	Adubos e fertilizantes químicos	Adubos orgânicos para o solo e não pra a planta
Quem controla esse modelo?	Multinacionais da biotecnologia e da agroquímica	Os pequenos e médios agricultores com suas cooperativas e associações
E a produtividade é maior?	Sua justificativa é a 'alta eficiência e produtividade', no entanto se comparada a quantidade obtida e emprego total; tem escassos níveis de produtividade	As pequenas produtividades que adotam a diversidade biológica têm um rendimento muito maior em termos de utilização eficiente de recursos e de maior produção por hectare.
Qual é o custo da produção neste modelo?	Custos elevados, pois depende de uma grande quantidade de insumos externos importados	Baixo custo pois não depende de insumos externos e é possível produzir de tudo.
O que ocorre neste modelo com o meio ambiente?	Contaminação das variedades crioulas pela transgenia, contaminação do solo e águas subterrâneas, aparecimento de pragas e doenças.	Um meio ambiente equilibrado que diminui a incidência de pragas e de doenças

Quadro 1- Diferenças entre os modelos de agricultura

Fonte: Adaptado de Guterres (2006, p.76)

Contudo, o que se evidencia, não é um movimento de discussão e de mudança de matriz, mas a inserção lenta do debate tanto no âmbito dos movimentos sociais (apesar da discussão sobre o tema ser efervescente), e dos pequenos agricultores, sobre a forma de produzir, a quantidade, as técnicas dentro desta perspectiva ecológica, com a retomada das técnicas e saberes como já expomos.

Na Agroecologia a agricultura é vista como um sistema vivo e complexo, inserida na natureza rica em diversidade, vários tipos de plantas, animais, microorganismos, minerais e infinitas formas de relação entre estes e outros habitantes do planeta Terra. Assim, é por nós compreendidos como um conjunto de princípios e técnicas que visam reduzir a dependência de energia externa e o impacto ambiental da atividade agrícola,

produzindo alimentos mais saudáveis e valorizando o homem do campo, sua família, seu trabalho e sua cultura.

Graziano da Silva (1997) questiona o enfrentamento ao modelo agrícola hegemônico que vem se consolidando (embora lentamente) no campo, pois acredita que essas agriculturas (as alternativas) não poderiam ser vistas como movimento social, muito menos como paradigma de modificação ou reestruturação econômica, social e ecológica da agricultura industrial, evidenciando ainda que primeiramente além de uma discussão sobre se a transição é possível e se realmente se dará, e ainda que não deveriam ser deixadas de lado as discussões sobre o tipo de desenvolvimento econômico que se quer, para então se pensar que técnicas e tecnologias são as mais adequadas.

Apesar da crítica temos observado que este tipo de resistência, negada ou subjugada em Graziano da Silva (1997), é crescente e se configura em resistência ao modelo vigente através da matriz produtiva, no caso a agroecológica, que acaba por consolidar o enfrentamento ao agronegócio e aos monocultivos.

Este enfrentamento ganha mais corpo e estratégias quando pensada a partir de uma nova faceta do agronegócio, o AgroECONegócio, que vem se apropriando do discurso da sustentabilidade, pra produzir alimentos

orgânicos, com certificações e selos (cada vez mais diversos), que a partir da apropriação do capital, acaba por criar nichos de produção e comercialização, mas que não os assegura a toda população, e desta forma, pela lógica capitalista apenas sua reprodução justifica sua presença, ou seja; expropriação, agregação de valor e lucro.

Esta apropriação do discurso da sustentabilidade cria mercados muito específicos, e, sobretudo a agrega valor², numa agricultura orgânica extensiva, demonstram a capacidade do agronegócio de se configurar, de captar mão de obra e a produção, e de distribuir em grandes redes, atingindo apenas uma pequena parcela da população que tem acesso aos produtos orgânicos (que como vimos é apenas uma das formas de se produzir agroecologicamente), tamanha é a agregação de valor.

Com essa apropriação das técnicas de produção limpas, em que passa a ocorrer também a apropriação do conceito de sustentabilidade, este usado e mercantilizado indiscriminadamente, nos

² A agregação de valor aos produtos é um chamariz para grande parcela dos agricultores envolvidos em práticas agrícolas, e isso não é diferente quando essas práticas são ecológicas. O que os difere, é uma racionalidade acerca das questões ambientais e políticas, além da compreensão de como essas práticas são importantes para preservar sua cultura e a identidade (festas religiosas, comidas, troca de sementes, relações solidárias entre os camponeses observadas desde à colheita até a comercialização).

remetemos ao debate sobre quem são os atores sociais envolvidos nesse silencioso embate, assim como repensar espaços para a produção sustentável de alimentos.

Assim, através do embate silencioso, a qualidade de vida indica quem tem sido os atores sociais que tem realizado o contraponto a esta lógica, a geração de renda, a valorização da produção, a valorização dos recursos naturais, a educação socioambiental, o mercado justo, a soberania alimentar, assim como o consumo responsável.

Para Guzmán (2001, p. 43)³ a inserção de contextos sustentáveis na agricultura necessitam reflexões no sentido de que:

[...] as novas estratégias de ação, orientadas para a construção de contextos de sustentabilidade, devem garantir o incremento da biodiversidade cultural, minimizando, ao mesmo tempo, as dependências às quais os etnoecossistemas estão submetidos. No que diz respeito às formas de relação com recursos naturais, estas devem atender não somente a utilização dos mesmos, mas também a sua conservação, empregando, para isto, tecnologias respeitadas para com o meio ambiente. Ademais, as intervenções externas devem garantir a abertura de espaços na administração que permitam a efetiva participação dos atores locais.

³ Texto traduzido e adaptado por Francisco Roberto Caporal, mediante autorização do autor. Trata-se de parte do texto original intitulado *Ética Ambiental y Agroecología: elementos para una estrategia de sustentabilidad contra el neoliberalismo y la globalización económica*. ISEC – Universidad de Cordoba, España, 1999, 30p.(mimeo)

Assim, a Agroecologia colabora para essas reflexões que são elencadas, contudo com um enfoque científico. Para Guzmán (2001, p. 43):

[...] a Agroecologia está assentada na busca e identificação do local e sua identidade para, a partir daí, recriar a heterogeneidade do meio rural, através de diferentes formas de ação social coletiva de caráter participativo.

Evidenciando o que Guzmán nos indica como diferentes formas de ação social coletiva de caráter participativo, para pensarmos a Agroecologia e com ela mais sustentabilidade no campo, passamos a agregar o que pressupõe o conceito sistêmico de sustentabilidade, uma quinta premissa que é o “politicamente debatido”. E é a partir de todo este debate que compreendemos que é fundamental inserirmos o conceito de território, passando a ser o estruturador da sustentabilidade na agricultura, principalmente quando a pensamos a partir da dimensão da identidade.

Esse ideário de que com a inserção de práticas sustentáveis, haveria um debate ampliado sobre as desigualdades, apenas demonstra ainda mais a face negativa do desenvolvimento, já que o desenvolvimento rural sustentável é a máscara de um capitalismo humanizado, mas igualmente desigual. Mais especificamente abordando isso no sentido do que as práticas sustentáveis representam

no campo brasileiro, esta identidade e autonomia⁴ se materializam através da produção de alimentos saudáveis, livres de insumos químicos e acessíveis a maior parcela possível da população.

Assim o território⁵ nos serve para evidenciar os conflitos sociais e as relações de poder de forma espacializada, no âmbito de atuação das organizações sociais e das instituições que representam a ideologia hegemônica, correspondendo assim ao estabelecimento de uma territorialidade, com o fortalecimento, o resgate ou construção de uma identidade, caracterizada pela cultura, que promova um sentimento identitário que permite que o indivíduo se sinta como membro pleno de uma coletividade.

Esta promoção do sentimento de identidade articulado com a realização de ações coletivas acaba por gerar a necessidade de autonomia, que vinculado ao ideal de sustentabilidade e a necessidade de práticas agrícolas rentáveis tornar-se-ão elemento fundante da Agroecologia visando reduzir desigualdades e promover liberdade, numa intensa prática de discussão livre e coletiva do que representa o viver em sociedade.

Essa materialização da autonomia, vista a partir da produção sadia de alimentos, promove um intenso debate acerca das questões relacionadas com a soberania e a segurança alimentar (soberania popular, sementes e biodiversidade, *commodities*, etc), que como vimos são indissociáveis do debate da Agroecologia (identidade, autonomia, cultura, economia, solidariedade, etc); de modo que ao pensarmos um debate estaremos como que automaticamente permeando essas outras questões.

Quando sugerimos no título deste artigo um desafio de percepção e de práticas e nos perguntamos: “De que lado é o meu quintal?”, nossa intencionalidade é pensar de que modo estamos compreendendo as relações que hoje se consolidam no campo, assim como, qual o campo temos hoje e qual teremos nas próximas décadas? Desafiemo-nos já a pensar o campo e a transformá-lo ou a apoiar mudanças radicais de luta e de resistência.

⁴ Sobre o debate da autonomia no campo ver Carvalho (2002), Ceceña (2008), García Guerreiro (2008), Giarraca (2008), Fernandez (2008), Via Campesina (2009).

⁵ Sobre o conceito de território ver em Andrade(1996), Foucault(1984), Haesbaert(2004), Souza(2004), Santos(1996), Silva(1996), Raffestin(1993).

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Jalcione. **Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável.** In: ALMEIDA, J. e NAVARRO, Z. (orgs.) *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável.* 2ª edição. Porto Alegre. Editora UFRGS, 1997, p. 33-56.

_____. *A Agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado.* Porto Alegre: Mimeo, 2002, 25pag.

ALTIERI, Miguel. A e MASERA, Omar . *Desenvolvimento rural sustentável na América Latina: construindo de baixo para cima.* In: ALMEIDA, J e NAVARRO, Z. (orgs.) **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável.** 2ª edição. Porto Alegre. Editora UFRGS, 1997, p. 72-105

BEZERRA, Islândia. **A Sustentabilidade da Segurança Alimentar e Nutricional a partir da Agroecologia.** In: *Construindo um projeto popular e Soberano para a Agricultura.* 8ª Jornada de Agroecologia – Via Campesina, 27 a 30 de maio de 2009 , Francisco Beltrão/PR.

BRANDENBURG, Alfio. **Movimento Agroecológico:** trajetória, contradições e perspectivas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, volume nº 06, p. 11-28, 2003.*

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns princípios e conceitos.** EMBRAPA, Brasília, 2004.

_____. e HERNÁNDEZ, Jaime Morales. **La Agroecología desde Latinoamérica: avances y perspectivas.** Mimeo, 2008, 09 pag.

CARVALHO, Horácio Martins. **Comunidade de resistência e de superação.** Curitiba: Peres, 2004.

_____. **Transgênicas: sementes do Império.** Disponível em: <<http://latinoamericana.org/2005/textos/portugues/Martins2.htm>>. Acessado em 16 jun. 2008.

CHONCHOL, Jacques. **Soberania Alimentar.** São Paulo, Estudos Avançados, v.19, nº55, set/dez. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142005000300003&lng-pt&nrm=iso. Acessado em 15 abr 2008

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST.** São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época, V. 92).

_____. In: *Campesinato e agroenegócio na América Latina: a questão agrária atual.* São Paulo, 1ª edição. Expressão Popular, 2008 Fernandes (2001)

GLIESMAN, Stephen R. **Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável.** 3ª edição. Rio Grande do Sul. Editora UFRGS, 2005, 653p.

GRAZIANO DA SILVA, José. *Agricultura Sustentável: um novo paradigma ou um novo movimento social?* In: ALMEIDA, J e NAVARRO, Z. (orgs.) **Reconstruindo a**

agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. 2ª edição. Porto Alegre. Editora UFGRS, 1997, p. 106-127

GUTERRES, Enio et al. **A motivação dos camponeses para o desenvolvimento rural sustentável (a partir do conhecimento local).** In: GUTERRES, I. Agroecologia militante. 1ª edição. São Paulo. Editora Expressão Popular, 2005, p-25-76.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Origem, evolução e perspectiva do desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J e NAVARRO, Z. (orgs.) **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável.** 2ª edição. Porto Alegre. Editora UFGRS, 1997, p. 19-33.

_____. Uma estratégia a partir da Agroecologia. Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural sustentável, Porto Alegre, v.2, n.1. 2001, p.43.

MAZZEI, Umberto. Diferencias entre seguridad y soberania alimentaria. **Territórios.** Guatemala, Soberania alimentaria 2, p. 50-53, out.2007.

NYELENI 2007. **Fórum para a Soberania Alimentar**, 23 a 27 de fevereiro de 2007, Selingué, Mali.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Os mitos sobre o agronegócio no Brasil.** Disponível em: < <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=1971>>. Acessado em: 04/nov./2008.

_____. **Crise Alimentar é o resultado do livre mercado e do abandono da política agrária.** Correio da Cidadania. São Paulo, 30 abr. 2008. Disponível em: <www.andes.org.br/imprensa/%5Cultimas/%5Ccontatoview.asp?key>. Acessado em 06/maio/2008

ROSSET, Peter. **Alternativa à política fundiária de mercado: Reforma Agrária e Soberania Alimentar.** In: Capturando a terra. SAUER, Sérgio; PEREIRA, João Mendes (Orgs). São Paulo: Expressão Popular, 2006, p- 315-342.

_____. **Soberania Alimentar: manifesto global dos movimentos camponeses.** Institute for Food and Development Policy, Food First Backgrounder, 2003. Tradução Livre.

SILIPRANDI, Emma. **É possível garantir a soberania alimentar a todos os povos no mundo de hoje?** Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v. 2, 2001, p.18.

VIA CAMPESIANA. Cartilha de Textos de Estudo Sobre Agricultura: **Cuidando da Terra, Cultivando Biodiversidade, Colhendo Soberania Popular;** da 7ª Jornada de Agroecologia promovida de 23 a 26 de Julho de 2008 em Cascável/PR pelos movimentos que compõem a Via Campesina.

ZIEGLER, Jean. **Por que os preços dos alimentos dispararam no mercado Internacional e em alguns países se grava a crise alimentícia?** In: Subsídios para Compreender o Significado da elevação dos preços dos produtos agrícolas. Secretaria Nacional do MST – Textos de estudo sobre agricultura – 7ª Jornada de Agroecologia, 13 a 26/07/2008 – Paraná.

Informações bibliográficas:

Conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), este texto científico publicado em periódico eletrônico deve ser citado da seguinte forma:

SOUZA, Alessandra Silva de. UM DEBATE ACERCA DA SOBERANIA ALIMENTAR E DA AGROECOLOGIA: um desafio de percepção e de pratica. Ou, de que lado é o meu quintal?. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, vol. 10, n. 1, 30 junho 2009. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/ceget/pegada101/08alessandra.pdf>>. Acesso em: __.__. 20__.